

**ATA DA 15ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018  
REALIZADA EM VINTE DE DEZEMBRO DE 2017.**

No dia vinte do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Quinta Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN – Praça dos Expedicionários nº. 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura, discussão e aprovação da Ata da 1ª. Reunião Extraordinária. 2 – Andamento dos Estudos do município para conter Erosão na Ponta da Praia – Ernesto Tabuchi – GTT Erosão da Ponta da Praia, análise e deliberação sobre a implantação de projeto piloto. 3 – Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista - (CBH BS) - Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas – Marcio Gonçalves Paulo (representante da SEMAM no Comitê de Bacias). 4 – Monitoramento das espécies marinhas associadas aos costões rochosos e capturadas na Baía de Santos - Pesquisador Dr. Luiz Miguel Casarini e equipe - Instituto de Pesca e Instituto Adolfo Lutz. 5 - Comunicados da Secretaria. 6 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Luiz Otávio Castro – SEMAM I, Marcio Gonçalves Paulo – SEMAM II, Marcos Pellegrini Bandini – SESEG, Romilda Lorenzo Gomes – SETUR, Paulo Fritelli - SMS, Juliana Maria de Souza Freitas – SEDURB, Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos – SEDES, José Antonio Oliveira Rezende – SAPIC, Ana Paula C. Machado – COHAB, Eduardo Simabukuro – CET, Mariangela Oliveira Barros - UNIMONTE, Ademar Salgosa Junior – CREA; Eduardo Lustoza – AEAS, Zenivaldo Ascensão – ABES, João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros, Fábio Antônio Boturão Ventriglia - Associação Surf de Santos, Renato Prado – CONCIDADANIA e William Shecpcis – Ecofaxina. Justificou ausência: Marly Alvarez Cimino – PRODESAN. Ausentes: SEFIN, SEMES, SIEDI, SESERP, SEAS, SECULT, SECID, UNISANTA, FATEC, UNISANTOS, UNILUS, CIESP, Associação Comercial de Santos, OAB, Fundação Mokiti Okada, Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Participaram os convidados: Eduardo Kimoto Hosokawa, Lúcio Fagundes e Luiz Miguel – Instituto de Pesca, André e Dionísio – Fórum da Cidadania e Elenilda Pereira da Silva – CREA, Marcos Libório – Secretário de Meio Ambiente de Santos e Ernesto Tabuchi (SEGOV). O Presidente Sr. Ademar deu início a reunião cumprimentando e agradecendo a presença dos conselheiros e convidados na Reunião Ordinária perguntou se alguém teria algo a se opor quanto a ata, enviada por e-mail para leitura prévia. A leitura foi dispensada e a **Ata aprovada** por unanimidade. No seguimento o Presidente informou sobre recebimento de ofício do Procurador da República Dr. Antônio José Donizetti Molina Daloia, sobre a implantação do projeto piloto solicitando manifestação do COMDEMA, quanto às considerações apresentadas pelo oceanógrafo Paulo Fernando Garreta Harkot no citado ofício. O Sr. Marcos Libório pediu a palavra, comunicando que com as ações ambientais no Município de Santos, entre estas, o projeto piloto para a erosão na Ponta da Praia, possibilitaram a reconquista do selo do Município VerdeAzul subindo 49 posições no ranking de 2016 para 2017, com iniciativas voltadas à sustentabilidade. Esclareceu que este tem várias diretivas, acompanhadas ao longo do ano através de ações que são auditadas. Comunicou os 644 municípios do Estado de São Paulo, colocados em um único ranking com a mesma complexidade e critérios. Informou que a reconquista do selo habilita o município a receber recursos do Fundo Estadual da Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Ressaltou que o município recebeu como prêmio um triturador de galhos, encaminhado pela Secretaria de Estado. Informou que Santos foi classificado em 3º. lugar por projeto de Compostagem de Resíduos Orgânicos, coordenado pela SEMAM, porém com participação de várias Secretarias. Comunicou que a verba do projeto provém do Ministério do Meio Ambiente, complementou que houve a participação de projetos de mais de 2.000 cidades. Findou agradecendo pelo envolvimento de todos, pois muitos dos assuntos foram debatidos neste Conselho. O Presidente passou a palavra ao Sr. Ernesto para explanação sobre andamento do projeto piloto de Erosão na Ponta da Praia. Este informou que a Prefeitura tem a intenção de efetuar intervenção na Ponta da Praia, para realização de estudos da erosão, utilizando estruturas geotexteis preenchidas por sedimentos de areia da praia sendo as estruturas submersas. Salientou que quanto ao andamento o contrato foi assinado com a prestadora de serviços com previsão da obra de 40 dias e neste ínterim, ocorreu questionamento do

oceanógrafo Sr. Paulo Fernando Garreta Harkot, que fez adendo ao parecer técnico em função da dragagem e aprofundamento do canal do Porto de Santos, para análise do EIA/RIMA do processo de aprofundamento e dragagem do canal do Porto e adendo em relação a intervenção da obra de Erosão na Ponta da Praia. Pontuou que a Prefeitura de Santos está respondendo os questionamentos através de informações da UNICAMP. Informou que em contato com o Procurador da República foi participado que o COMDEMA, recebeu ofício referente ao adendo da Erosão na Ponta da Praia. Foi cientificado ao Procurador da República que o Município responderia em nome do COMDEMA, pois a apresentação do projeto piloto ocorreu neste a pedido da Prefeitura. Sr. Ernesto perguntou ao Conselho sobre o consentimento desta resposta através do Município? O Presidente indagou se havia sido elaborada e enviada resposta da Prefeitura. Sr. Ernesto informou que não, pois há prazo legal de 10 dias úteis e que após emissão de resposta à Procuradoria da República, esta será apresentada ou enviada ao COMDEMA. Relatou que no adendo não há embasamento formal técnico científico ou menção de cálculo de modelagem e sim apenas um conceito próprio. O Presidente recomendou a participação do Sr. Ernesto na próxima reunião, para explicitar como foram respondidos os questionamentos à Procuradoria da República. O Sr. Fábio (Associação Surf de Santos (ASS)) manifestou a intenção quanto COMDEMA, no qual foi dado o aval do projeto piloto e que este responda aos questionamentos. Se isso for, terá que passar pela Câmara Técnica deste Conselho e perguntou se o prazo de 10 dias é estendido a este. O Presidente leu o ofício (com anexo contendo 25 páginas de considerações). Ao término da leitura comunicou que consta prazo de 10 dias úteis prorrogáveis, mediante a solicitação justificada. Informou que mesmo a Câmara Técnica não dispõe de conhecimento técnico específico, para responder as considerações, sugerindo ao Conselho deliberação e encaminhando ao órgão competente da Prefeitura que responderá pelo COMDEMA. Sr. Ernesto informou que uma das considerações são que as estruturas geotexteis poderão agravar o assoreamento do canal de navegação do porto. Sr. Marcos Bandini informou que como membro do Conselho as considerações deverão ser manifestadas por parte do COMDEMA passando por análises das Câmaras Técnicas, com a solicitação de prorrogação de prazo para resposta. E em paralelo manifestação procedida pela Instituição Municipal. Relatou que o Conselho foi consultado para deliberar sobre a intervenção. Informou da primordialidade em difundir sobre as questões do porto, do canal, da faixa praial e da infraestrutura urbana. Enfatizou que o COMDEMA e a Municipalidade estão restringindo-se às questões pertinentes a infraestrutura urbana, a qual está se degradando rapidamente. Expôs que possuem base em elementos e informações do assunto citado. Quanto as questões de maior foro ou complexidade inerentes relacionadas ao andamento do porto, há tranquilidade de que a intervenção em nada interferiria no porto, no calado ou na intensificação da erosão. Reiterou que é uma estrutura pensada para servir de apoio à conservação da infraestrutura existente na faixa praial junto a área urbana. Comunicou sobre perda de adutora, perda de parte de via pública, perda de iluminação e perda de areia na faixa de banho, ocasionando danos ao município. Informou sobre existência de recorte o qual levou-se a efetivação da intervenção, por meio do projeto piloto. Informou que enquanto conselheiro é favorável ao prosseguimento da intervenção, pois está constatado pelas análises, modelagem e pela forma piloto feita no processo, sendo esta uma medida para mitigar os danos ocorridos nas estruturas. Complementou que as formas geotexteis serão monitoradas por especialistas, sendo rapidamente reversíveis se constado eventual prejuízo colateral ao Meio Ambiente. Inteirou que estas tem a intenção de conter parte deste processo e preservar a infraestrutura, pontuou que a Prefeitura poderá manifestar-se de forma compatível ao COMDEMA. Sr. Ernesto informou que os questionamentos enviados estão voltados à engenharia costeira, não contendo questões voltadas ao afetamento da biota (conjunto de seres vivos de um sistema) parte afeta ao COMDEMA. Sr. Marcio Paulo participou que o Conselho terá que se pronunciar sim e quanto as limitações referentes aos questionamentos, solicita-se acompanhamento da UNICAMP que tem competência comprovada. Sr. Ernesto informou que a verba destinada para o Estudo do Projeto Piloto é oriunda do Ministério Público Estadual. O Presidente informou que o adendo está baseado em suposições, porém por se tratar de projeto piloto o Conselho responderá. Sr. Fábio (ASS) enfatizou que o documento foi encaminhado ao

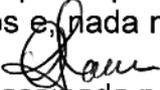
COMDEMA para apresentação de posicionamento, tratando-se de um órgão de manifestação e deliberação. O Presidente comunicou que este se manifestará, apenas está sendo analisada a melhor forma. Sra. Greicilene informou que na última reunião houve a apresentação do projeto piloto e que todas as intervenções foram de uma maneira geral positivas e benéficas à implantação do projeto, no entanto foram feitas algumas recomendações à Prefeitura. Complementou que os Conselheiros presentes apresentaram entendimento que o COMDEMA fosse favorável a instalação do projeto sendo que algumas preocupações foram colocadas: comerciantes (faixa de areia e usuários da região); questão do monitoramento da obra (informação e participação de interferência e reação na obra no restante do ambiente). Colocou que concorda que o COMDEMA manifeste-se oficialmente, todavia indicou que a resposta enviada pela Prefeitura ao MP, seja enviada a este Conselho para que a Câmara Técnica traga ao plenário as suas observações, para resposta de justificativa da necessidade de prazo aquém dos 10 dias úteis solicitados. Reiterou que em sua concepção, o Conselho diante da dissertação apresentada pelo Sr. Ernesto na última reunião, tem condições de prosseguir com o respaldo na instalação do projeto piloto. Sr. Marcio Paulo informou que o questionamento do MP deverá ser respondido pelo COMDEMA e concorda com a Sra. Greicilene sobre solicitação de aumento de prazo para resposta. Sr. Ernesto externou que o Grupo Técnico de Trabalho (GTT) consultou as esferas Federais, Estaduais e Municipais; 1º. IBAMA enviou resposta oficial informando que não é competência deste; 2º. CETESB em resposta formal na qual foi comunicado que a intervenção não faz parte do rol de atividades licenciadas por esta e 3º. COMDEMA comunicou que estará apresentando todas as respostas ao Procurador da República. Sr. Marcos Bandini informou que após apresentação e consulta ao COMDEMA em reunião anterior, houve manifestação favorável à implantação do projeto. Sra. Greicilene reiterou novamente que o Conselho ouviu a apresentação e debateu todas as questões consideradas importantes e no final foi favorável à implantação do projeto piloto, contudo, com algumas recomendações para a Prefeitura. O Presidente informou que será realizada uma minuta de resposta dividida em 2 partes. 1ª. A princípio o Conselho manifesta-se favorável a continuidade por se tratar de um projeto piloto, no qual haverá a monitoração acompanhada por especialistas. 2ª. Solicitação de prorrogação de prazo junto ao Procurador da República para efetuação das considerações técnicas. Sr. Fábio (ASS) sugeriu o referendo do projeto com coleta de subsídios dentro da Câmara Técnica para manifestação, não podendo deixar de manifestar-se ao Ministério Público Federal. Sr. José Antonio Rezende informou que faz parte do GTT, comunicou que participou de audiência realizada na Ponta da Praia sobre este tema, havendo a representação de vários grupos interessados e que as perguntas foram respondidas por pessoas que estão assessorando o GTT com total convicção e clareza. Informou que em contato com a Marinha e a Praticagem, em reuniões, tratou-se sobre o Estudo do projeto piloto e estes asseguraram que esta é a melhor solução de estudo sendo a mais rápida e econômica. Informou que as variações de marés do Município de Santos são de -03 e +08, participou que o COMDEMA tem que manifestar-se junto ao MP. como solicitado e colocou-se a disposição do grupo que irá responder a este. O Presidente comunicou que o sentido do questionamento é de esclarecimento quanto a segurança, não havendo citação sobre paralisação de obra do projeto piloto. Sr. Ernesto relatou que como justificativa final o Sr. Paulo Fernando Garreta Harkot, citou a preservação do gasto de verba pública. Comunicou sobre formalização de convênio entre a Prefeitura e UNICAMP quanto ao Estudo do Projeto Piloto não havendo ônus ao Município. Sr. William (Instituto Ecofaxina) parabenizou o Sr. Ernesto pela explanação sobre o projeto piloto e perguntou se há dúvida no diâmetro das estruturas, se há previsão de adaptações caso seja necessário o aumento do tamanho destas e se futuramente serão utilizadas estruturas sólidas. Sr. Ernesto informou que quanto ao tamanho, dimensionamento e posição não há dúvida alguma, pois basearam-se em cálculos de engenharia, geotécnica, de ataque de onda e de corrente. Ressaltou que esta estrutura foi calculada para ter um tipo de comportamento no local, no qual será estudada a resposta deste, sendo que o resultado esperado será bem próximo do calculado, informou que estes estudos irão servir de base para uma futura intervenção fixa. O Presidente perguntou que no ponto de vista de Licenciamento Ambiental, no que se aplica o Estudo do Projeto Piloto? Sr. Ernesto informou que

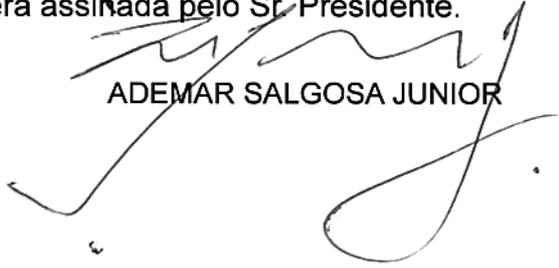
por ser uma estrutura de baixo impacto ambiental seria apenas necessário uma autorização, guardadas as devidas ressalvas quanto a desmobilização, caso necessário, pois não é uma obra definitiva ou atividade de longo prazo. O Sr. Marcos Bandini relatou que este trabalho propiciará como primeiro efeito a atenuação no impacto das ondas e ondulação das marés junto à faixa praial e no segundo efeito a estrutura fornecerá o elemento armadilha para a areia, que será reposta no período de entressafra de ressacas e da areia recolocada naturalmente (coletadas dos canais 1, 2 e 3) pela Prefeitura por conta de manutenção necessária, destacando que ocorrerá a retenção de areia em um local crítico em relação aos danos à infraestrutura. Relatou que é fátual a evasão de areia no local e com a junção dos dois efeitos a areia ficará retida naquela área e como resultado final se por algum motivo as geotexteis (preenchidas por 7.000 m<sup>3</sup> de areia da praia) forem desmobilizadas, este impacto será neutro sob a análise do ponto de vista ambiental externando que houve ponderação na manifestação favorável ao Estudo do Projeto Piloto por parte do COMDEMA em reunião anterior. O Sr. José Antonio Rezende informou que nos últimos anos houve a realização de estudos na Ponta da Praia onde apurou-se que foram perdidos em média 400.000m de areia da praia e que em evento realizado no Teatro Guarany, no dia 15/12/16, o Prof. Moises Tesser (ex Presidente do Instituto Oceanográfico de São Paulo) elogiou o Município pela reposição contínua de areia na faixa da Ponta da Praia. Ressaltou que as geotexteis são favoráveis aos crescimento da faixa de areia naquele local e que estes são protótipos e que pode haver a necessidade de instalações físicas como estacas, moles, porém a princípio o projeto piloto é a forma mais rápida e que a Marinha está atendendo quanto à sinalização para a área da intervenção. Sr. Ibraim informou que estão em debate quanto a cava subaquática e que o COMDEMA possui embasamento para efetuar resposta ao MP. O Presidente comunicou que será enviado aos Conselheiros os questionamentos enviados pelo Ministério da República ao COMDEMA através de e-mail. Sr. Adônis perguntou sobre o efeito climático global que está acontecendo com as marés? o efeito é momentâneo? há estudos preventivos? Sr. Ernesto informou que as variações climáticas são inevitáveis citando o aumento de temperatura e aumento do nível médio do mar no planeta, potencializados pela ação antrópica humana. Informou que não há estudos preventivos e sim medidas de adaptações e medidas de mitigação. O Presidente comunicou que na Prefeitura há o Plano Municipal de Mudanças Climáticas de Santos (PMMCS) que propõe ações para minimizar impactos das alterações climáticas e sugere medidas adaptativas para a sociedade e que neste consta a criação da Comissão Municipal de Mudanças à Adaptação ao Clima (CMMAC) e a Comissão realiza apresentações no COMDEMA sobre o andamento dos estudos. Findando a explanação, o Sr. Ernesto agradeceu aos presentes. No item 3. O Sr. Marcio Paulo explanou que neste mês ocorreu plenária do Comitê de Bacias Hidrográficas de Santos (CHB-BS) na SABESP, onde foram deliberadas algumas aprovações que estão disponíveis no site do CBH-BS. Informou sobre a deliberação nº. 333/2017 de 06/12/17, coloca sobre o Plano de Investimentos de 2018, porém não há o cronograma do plano de aplicação deste plano que deverá ser publicado até o dia 15/01/18. Informou que todas as entidades que tem vínculos com recursos hídricos poderão apresentar até 03 (três) projetos no valor de R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais) para o Comitê de Bacias. No item 4. Dr. Luiz Miguel Casarini (Instituto de Pesca de Santos - IPS) iniciou apresentando sobre o monitoramento das espécies marinhas associadas aos costões rochosos e capturadas na Baía de Santos. Relatou que o Setor de Pesca há muitos anos realiza pesquisas em relação a área predatória da Baía de Santos. Informou que muitos dos recursos são oriundos da própria baía que tem grande biodiversidade. Comunicou sobre intensa pesca artesanal (alimentos de origem marinha) e fornecidos para toda região. Informou que os estudos de monitorização do IPS são evasivos (imagens) utilizando-se drones, sonar e mergulhos com snorkel realizados nos costões rochosos para quantificar o levantamento dos estoques e no controle das atividades extrativistas locais de mariscos (mexilhões), saguaritá/stramonita (caramujo) que é afrodisíaca, ouriço do mar (ovas utilizadas na gastronomia internacional) e o pepino do mar (iguaria exótica e cara). Relatou que são inseridas nos cardápios da região através da comunidade chinesa participante no extrativismo. Relatou que agregam um valor financeiro muito grande e que neste ano há uma estimativa de 5 a 6 toneladas de saguaritás (caramujos)

para consumo. Comunicou que a comercialização in natura é autorizada, porém o processamento é proibido. Mesmo assim ocorrem. Informou que o projeto é uma parceria com o Instituto Adolfo Lutz da Baixada Santista com grande tradição nos processamentos, nas análises microbiológicas da imunidade alimentar, ressaltando o enfoque do projeto na segurança alimentar nas questões desse processamento, nas análises microbiológicas de coliformes e de outros agentes in natura, o que efetivamente acontece na manipulação humana, na forma como vem sendo feita para estes produtos e a consequência para a saúde. Na continuidade passou a palavra ao Prof. Lúcio (IPS) que informou que o IPS normalmente mantém trabalho com os 09 Municípios da Baixada Santista. Pontuou que a questão pautada é o consumo, mais que poderia haver a realização de parcerias com Universidades. Solicitou ao COMDEMA apoio quanto a questão da saúde para interferência junto ao Município. Participou sobre o consumo elevado na região e repasses aos restaurantes, tornando-se um assunto de Saúde Pública e de Meio Ambiente. Comunicou que em coleta na Ilha das Palmas onde há banco de ouriços, a taxa era zero e que atualmente no costão há poucos mexilhões. Prof. Luiz Miguel informou que na questão dos mexilhões a densidade das ressacas potencializada por ações antrópicas, contribuem muito pois quando estes alcançam 5cm ideal para captura ficam pesados e quando há ressacas acabam despreendendo-se e caindo. Pontuou que além de fatores como a ressaca há o extrativismo intenso de mexilhões e stramonita e crescimento na taxa de desemprego ocasionando o aumento da quantidade de extratores. Comunicou que poderiam ser agregados valores maiores se realizassem o processado de forma adequada e que estas espécies sofrem problemas graves, pois passaram a ser parte do cardápio. Reiterou que devido ao grande consumo há necessidade de monitoramento constante, pois estas espécies concentram grande parte do que contém na água e também na formação de um agronegócio. Relatou que em trabalho realizado em 2010 foram detectadas interferências nestes organismos. Comunicou que o IPS quer somar esforços com as Universidades e Municípios e que Santos poderia ter uma Base para a fiscalização quanto a origem e comércio dos produtos. Salientou que os municípios são responsáveis pela gestão da sua área costeira. Comunicou que estão em contato para apresentação deste projeto na Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento e na Câmara Temática de Agropecuária, Pesca e Agricultura no CONDESB, pois este é um assunto metropolitano. Sr. Ibraim informou que em reuniões anteriores comentou-se sobre a captura irregular dos mexilhões. Perguntou se possuem resultados de análises destes e qual época que foi feito. Informaram realização de pesquisas em 2010/2012/2015 e 2017, com retirada de parte dos substratos, mais próximos aos locais. Sr. Ibraim informou sobre pesquisas de fundo acadêmico realizada no leito do canal do Estuário, de metais pesados, onde nas análises detectou-se dioxina e furano (substâncias tóxicas) muito acima da permissão do CONAMA. Ressaltou quanto ao processo de dragagem sem nenhum acompanhamento ambiental, processo de cava subaquática com deposição destes resíduos in natura. Pontuou sobre a contaminação e consumo e que a saúde pública transcende qualquer interesse econômico e político. Este sugeriu ao COMDEMA a iniciativa de apresentação de proposição deste assunto, que envolve saúde pública, captura e comércio irregular, junto ao Legislativo e Executivo. Sra. Greicelene perguntou onde são realizadas as extrações, quem atua e forma do processamento. Prof. Luiz Miguel informou que ocorrem em municípios com maior produção do material, como Guarujá e São Vicente, com atuação de pessoas de várias localidades, fazendo por hábito ou por necessidade de aprender a realizar a extração, sendo que a área da remoção é próxima do processamento. Esta expressou que é uma questão a ser resolvida por meio metropolitano, por envolver diversos municípios. Prof. Luiz Miguel salientou que resolver não é penalizar e sim ter melhor regramento observando a legislação para aperfeiçoamento, a realização de monitoramento e a obtenção de um produto de melhor qualidade e próprio para consumo. O Presidente perguntou se a Polícia Ambiental atua na fiscalização. Prof. Luiz Miguel comunicou que atende as denúncias. Sr. Marcio Paulo informou sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA) no município e sugeriu ao Instituto de Pesca de Santos, solicitação junto a este de apresentação desta demanda. Colocou que IPS pode solicitar apresentação do projeto na Câmara Temática de Meio ambiente e Saneamento e Câmara Temática de Agropecuária, Pesca e Economia Solidária sendo o ofício encaminhado ao Conselho

de Desenvolvimento da Região da Baixada Santista (CONDESB). Inteirou que este também poderá recomendar fiscalização incisiva da Polícia Ambiental. Informou que a Secretaria de Saúde (SMS) controla a vigilância sanitária no município. Sr. José Antonio Rezende propôs a apresentação do IPC nas comunidades do Monte Cabrão, Caruara e Ilha Diana, que podem ser aliadas ao projeto pois requerem por atividade econômica dentro da região que vivem, podendo visar a preservação do meio ambiente, através de atividades extrativistas como a criação em cativeiro. Prof. Luiz Miguel informou que esta contribuição é ótima, pois quando estas se envolvem, geram modelos de agronegócios marinhos e plataformas gastronômicas para a região, ocorrendo mudanças todas com ações pontuais. Sr. William informou sobre a grande quantidade nos mangues de ostras, caranguejos, siris, nitella e por vezes observou o armazenamento destes de forma clandestina em carros, no retorno à capital não gerando impostos ao município. Comunicou que o descarte incorreto do plástico fomenta o lixo. Reiterou sobre a alta contaminação na região e sugeriu o aumento de fiscalização no entorno da Ilha Porchat onde ocorre extrativismo. Ressaltou a importância em comunicar a população sobre eventuais riscos na captura e consumo destes organismos. Prof. Luís Miguel expressou que a informação vem após o monitoramento sendo este primordial para um informe correto. Relatou sobre o problema do lixo importado de outros municípios através das marés atingindo grande parte das praias de Santos. Comunicou sobre a ocorrência da raspagem de cascos dos navios na entrada da Baía. Sr. Luís Otávio (SEMAM) perguntou se já existe padrão legal para a captura deste animal. Combina-se com a manutenção do balanço do estoque? Há instalações do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) na região? Prof. Luís Miguel informou que a saguaritá, o ouriço e o pepino do mar não, apenas o marisco tem; quanto a afetar o estoque não tem relação direta, pois não se tem um controle e que o ITAL foi incorporado no IPS desde 2001 fazendo parte do projeto e quanto as análises de metais pesados estão buscando parceria. Relatou que os projetos são inclusivos à pesca artesanal. Sra. Deise (cientista do mar) relatou que não foi pautado sobre a valorização dos pescadores artesanais. Questionou sobre apresentação de planos de migração (ecoturismo ou capacitação) para as comunidades. Participou sobre a dificuldade de pescadores de Cubatão em obter autorização de pesca, a multa pela ausência desta é em média de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Informou que devido a constatação da contaminação no Estuário a atividade de pesca artesanal poderá ser descaracterizada, pois não poderão dar continuidade nas atividades nestes locais. Prof. Lúcio Fagundes participou que em 2016, houve a destinação de verba do Governo Federal, no qual ocorreram cursos de capacitação para várias comunidades na Baixada Santista. Informou que o IPS preocupa-se com famílias e pessoas que trabalham com o extrativismo, por isso há necessidade de regras, para que as atividades sejam efetuadas de modo correto. Inteirou sobre reunião ocorrida na UNIFESP, que pautava a Economia Solidária com participação de pescadores da comunidade indígena. Sr. Ibraim informou sobre realização de pesquisa em amostras de água inclusive de torneiras, nos 05 continentes no qual detectaram 90% de presença de organismos plásticos e também a presença destes em animais capturados a mais de 11 KM de profundidade, externou preocupação quanto a pesca artesanal no Estuário. Prof. Luiz Miguel informou que o IPS não tem como missão a realização de pesquisas. Sr. Dionisio informou que é conselheiro do CONSEA. Este solicitou o envio de ofício a SABESP para palestra no COMDEMA quanto ao tratamento realizado no Emissário Submarino. Sr. Ibraim solicitou encaminhamento de ofícios a SABESP na questão ao tratamento de esgoto no Estuário e sobre a incidência de coliformes fecais. Sugeriu envio de convite para palestra sobre as metodologias de tratamentos de esgoto. Sr. Dionísio questionou que a cava subaquática tem que ser tratada. Sra. Mariangela Barros (UNIMONTE), sugeriu o envio de convite a empresa holandesa Van Oord para apresentação de palestra no COMDEMA sobre a cava subaquática. Sr. Ibraim ressaltou sobre tratamento do lodo retirado do fundo do Estuário, podendo transformar-se em substâncias inclusive a serem utilizadas no enriquecimento do solo descontaminando-o. Informou sobre a necessidade da participação de representantes da cava para apresentação no COMDEMA. Sugeriu a participação do Prof. Élio Lopes para enriquecimento do debate. O Presidente informou que o Sr. Sérgio Pompeia da empresa de Meio Ambiente CPEA, que conduz este trabalho estará na próxima reunião para explicar o funcionamento da cava subaquática. Este

perguntou aos representantes do IPS, se há documentação comprobatória do projeto apresentado (relatório) e após entrega deste, o COMDEMA oficiará os órgãos competentes. Sr. Marcos Bandini informou que em relação ao monitoramento seja oficiado a CETESB. O Presidente informou que serão oficiados os seguintes órgãos: Universidades (parcerias), proposituras quanto as atividades extrativistas na Baía de Santos ao Executivo e Legislativo, pois envolvem captura e comércios irregulares de pesca e a saúde pública; CETESB, Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Baixada Santista e Vale do Ribeira – SINDHORES, Polícia Ambiental e a Câmara de Santos direcionada à Comissão Permanente do Verde, do Meio Ambiente e da Proteção à Vida Animal e Câmaras Temáticas do CONDESB (projeto). O Presidente agradeceu a apresentação e passou para assuntos gerais. Sr. Fábio (ASS) lembrou que em reuniões anteriores em discussões sobre a cava subaquática foi comunicado o envio de convite ao Sr. Sérgio Pompeia, sendo que a ASS nestas reuniões solicitou a presença de outra pessoa para fazer o contratempo e sugeriu convite ao Sr. Hélio Lopes. Sr. Deise sugeriu envio de ofício a CETESB, informando que a cava subaquática terá pauta na próxima reunião, que ocorrerá no dia 07 de fevereiro de 2018. O Presidente informou que oficiará a CETESB. Sr. Marcio Paulo informou que o ICMS Ecológico foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo e encaminhado para análise e sanção, garantindo uma verba mínima de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) ao Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA) para fomentação de projetos. Este agradeceu em nome do Conselho Gestor do FMPRMA pelo empenho do Conselho. Sr. Ibraim reiterou sobre compensação financeira em função do projeto da LOGUN com reversão ao FMPRMA e a compensação arbórea seja estendida à área insular, ambas referentes a intervenção na APA Continental Santos. Informou que consta em ata a possibilidade da apresentação de grupo técnico que está elaborando o Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA e Plano da Arborização, e se este ocorrerá na próxima reunião e deliberação do COMDEMA referente a lei n. 452/2013 - COTRAN que determina que os órgãos de trânsito Municipais e Estaduais fiscalizem a emissão de canos e escapamentos de veículos. Este solicitou envio de ofício a CET quanto a ação efetiva. O Presidente comunicou que o ofício será enviado. Sr. Dionísio informou sobre a questão do mato alto que a Prefeitura ainda não solucionou. Este propôs solicitar a utilização de moradores em situação de rua, através de passes de trabalho para a prestação de serviços de capinação mecânica. Sr. Ibraim citou a LDO que institui a capina química pela mecânica. O Presidente comunicou o envio de ofícios referentes a capina química aos setores competentes. Informou que os ofícios e convites da Câmara deste mês serão apresentados na próxima reunião. Este informou sobre o calendário de 2018, e por votação de 05 contra 04, não ocorrerá a reunião em janeiro e que a reunião de maio será alterada para o dia 09. Sra. Greicilene comunicou que caso haja necessidade de reunião extraordinária esta poderá ser solicitada. O Presidente passou a palavra ao Sr. William (Instituto Ecofaxina). Este agradeceu e informou sobre a criação da Frente Ambientalista da Baixada Santista – FABS, formada pela união de 22 entidades e solicitam apresentação na próxima reunião para apresentação formal. Sra. Deise complementou que a FAB trabalhará em rede de modo a representar toda a Baixada nos setores ambientais. Sr. Renato (Concidadania) informou sobre a continuidade do projeto Condomínio Sustentável, com início dos atendimento aos condomínios dos bairros do José Menino, Pompeia e Gonzaga, desde o mês de novembro, com a realização de 25 diagnósticos e oficialização de mais de 500 condomínios e com a expectativa de mais de 200 atendimentos. Comunicou sobre a organização de evento provavelmente em janeiro onde haverá a entrega destes prognósticos. Este agradeceu ao FMPRMA e ao apoio da SEMAM no evento e que está a disposição para qualquer informação. O Presidente perguntou ao Sr. Renato quanto ao Estudo do IPT. Este comunicou que não houve comunicação formal, apenas publicação no site de notícias da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, informando que a reunião de trabalho (novembro) e a Audiência Pública (dezembro) foram adiadas, sem data definida, por conta de negociações com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO e solicitou o envio de ofícios à AGEM e à Coordenação do Projeto para informes sobre o andamento do Estudo. Sr. Paulo Marco (Jardim Botânico) informou que foram realizadas 67 feiras orgânicas este ano. Sr. André (Estudante) informou sobre pedido

de licenciamento na CETESB para Usina Termoelétrica Santa Maria em Santos e sugeriu ao COMDEMA o envio de convite para apresentação do projeto ao Conselho. A seguir, o Presidente agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Glauca Santos dos Reis  secretariei e lavrei a presente ata, que depois de aprovada pelo Conselho, será assinada pelo Sr. Presidente.

  
ADEMAR SALGOSA JUNIOR